



Relatório & Contas 2024

Sustentabilidade combina comigo.



ÓRGÃOS SOCIAIS



Mesa Assembleia

Presidente: Raquel Helena Lopes Spencer Medina

Vice-Presidente: Zilmar Darilson Silva Lopes

Primeiro-secretário: Dulce Sofia Dupret Fonseca



Conselho Administração

Presidente: Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Vice-Presidente: Gilson Manuel Gomes Pina **

Vogal: António Carlos Moreira Semedo

Vogal: Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira*

Vogal: Adilson Vaz Cabral**

Vogal: Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal: Waldemar José Lima Fonseca Bento*



Conselho Fiscal

Presidente: Vitalzinho Vieira Landim*

Vogal: José Armindo Fernandes Duarte**

Vogal: Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares*

Suplente: Sheila Maritza Timas Pinto Monteiro Moeda**

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Acionistas, Clientes e Parceiros,

O ano de 2024 ficou marcado por uma conjuntura caracterizada por Crescimento moderado e estável da economia mundial, com a recuperação da atividade económica dos principais parceiros de Cabo Verde, com destaque para os países da zona do Euro e para o Reino Unido, com impacto positivo no emprego, no rendimento e na confiança dos consumidores. Nos Estados Unidos, assistiu-se a uma ligeira desaceleração do crescimento da atividade económica, apesar das recentes medidas de política monetária expansionistas como a redução das taxas de juros de referência, evidenciando o desfasamento temporal dos efeitos da política monetária.

Registou-se um crescimento homólogo do PIB de 0,5% e 0,6% cento no primeiro e se segundo trimestre de 2024 respetivamente na Área de Euro, a comparar com 0,2% no quarto trimestre de 2023, para um crescimento anual de 1%. O Reino Unido, após a recessão técnica no quarto trimestre de 2023, registou um crescimento homólogo do PIB de 0,3% e 0,7% no primeiro e segundo trimestre de 2024 respetivamente, crescimento anual de 0,7%. Nos EUA, o PIB cresceu 2,9% e 3,0% no primeiro e segundo trimestre respetivamente, a comparar com 3,2% registado no último trimestre de 2023, com um crescimento anual de 2,7%. A economia chinesa cresceu 4,7% em 2024.

Proseguiu-se a normalização da cadeia de abastecimento, globalmente considerada, traduzindo-se numa diminuição generalizada da pressão inflacionista, não obstante alguma volatilidade nos preços dos produtos energéticos.

Manteve-se a trajetória descendente dos preços no produtor e no consumidor dos principais parceiros de Cabo Verde.

Persistiu-se a queda dos preços das commodities, com o Food Price Index a registar quedas homólogas significativas, sendo de destacar 1,1% em agosto 2024 e 5,6% no período Janeiro a agosto, associada à melhoria da oferta do trigo e do arroz.

Continuou, no entanto, alguma volatilidade nos preços dos produtos energéticos. A cotação média do barril do Brent no mercado internacional atingiu 78,83 USD em agosto de 2024, representando um decréscimo de 7,3 % em termos homólogos, mas um aumento de 2,7% em termos acumulados de janeiro a agosto de 2024.

As taxas desinflação homólogas, na Área do Euro, nos EUA e no Reino Unido, a continuaram a sua queda situando-se a 2,2%, 2,5% e 2,2% respetivamente em agosto de 2024, contra 5,2%, 3,7% e 6,27% respetivamente, em agosto de 2023. Registou-se a mesma tendência a nível das taxas de inflação médias.

Foram implementadas medidas de política monetária menos restritivas ou expansionistas, nos mercados monetários e cambiais de relevância para Cabo Verde. O BCE baixou as suas taxas de referência de 25 pontos de base em junho 2024, de 60 pontos de base em setembro 2024 e novamente de 25 pontos de base em outubro 2024, fixando em 3,40%. Ainda em setembro de 2024, reduziu a sua taxa de juro da facilidade permanente em 25 pontos de base, para 3,50%. O Banco da Inglaterra procedeu a uma redução de 25 pontos de base da sua taxa de juro de referência em agosto 2024, a primeira redução em mais de 4 anos, fixando-se em 5%. A Reserva

1* Data nomeação: 28 junho 2024; ** Data nomeação: 8 novembro de 2024

Federal dos EUA reduziu a sua taxa de juro de referência em 50 pontos de base em setembro de 2024, a primeira redução desde março de 2022, fixando-se no intervalo 4,75% – 5%.

Assistiu-se a um mercado de trabalho mais robusto nos principais parceiros do país e acolhedores da diáspora cabo-verdiana particularmente na Área do Euro e no Reino Unido, apesar de algum arrefecimento nos EUA. Na Área do Euro, registou-se uma diminuição de taxa de desemprego de 6,6% em agosto de 2023 para 6,4% em agosto de 2024. No Reino Unido, a taxa de desemprego passou de 4,2% em agosto de 2023 para 4,0% em agosto de 2024. Nos EUA, face ao arrefecimento da economia, a taxa de desemprego subiu de 3,8% em agosto de 2023 para 4,2% em agosto de 2024 e estabilizou-se em torno dos 3,8% em agosto de 2023, a comparar com 3,7% em agosto do ano anterior.

Verificou-se um agravamento das tensões geopolíticas e militares entre os países ocidentais e a Rússia e seus principais aliados, com uma significativa escalada da guerra na Ucrânia, a par da persistência de tensões comerciais, sobretudo, entre os Estados Unidos e a China, agravadas ainda mais pelo recente conflito no Médio Oriente, opondo Israel, e o Hamas e o Hezbollah libanês. Novas incertezas quanto às relações da nova Administração Americana com o resto do mundo, na sequência da eleição do republicano Donald Trump e controlo do partido republicano de todos os órgãos do poder (Câmara, Senado, Governadores).

A economia nacional registou um forte crescimento já no primeiro trimestre 2024, impulsionado por um ambiente de crescimento da procura turística externa e redução da inflação, com impacto positivo no mercado do trabalho e no rendimento das famílias.

O Produto Interno Bruto evidenciou um crescimento de 9,7% em termos homólogos, no primeiro semestre de 2024, contra 5,2% em igual período de 2023 e um crescimento anual de 7,3% contra 5,5% em 2023. Assistiu-se a uma melhoria considerável da procura externa traduzido num aumento das exportações de serviço, que cresceu 8,1% no primeiro semestre de 2024 explicado principalmente pelo aumento da procura turística externa, que cresceu 13,5% no período.

Registou-se um abrandamento da procura interna que cresceu 2,6% no primeiro semestre de 2024, contra 2,8% no período homólogo de 2023, provocado pela queda nos investimentos (-16,3%), num contexto de custos de fatores de produção elevados, falta de mão de obra no sector da construção e incertezas geopolíticas.

O consumo privado cresceu 7%, explicado pelo crescimento dos rendimentos reais das famílias, descida da inflação e pelo aumento das pensões e outras transferências.

Uma diminuição da taxa de desemprego para 8,8% contra 10,3 em 2023, segundo o INE, refletindo a melhoria da situação do mercado de trabalho a nível nacional.

Uma evolução positiva da economia nacional no primeiro semestre determinado pelo aumento dos serviços ligados ao turismo, nomeadamente o serviço de alojamento (+38,5%), a restauração (+38,5%) e os transportes (+23,4%), com impacto positivo nos impostos arrecadados no período.

Um abrandamento da atividade no sector da Indústria transformadora no primeiro semestre 2024, com um crescimento de 11,75% contra 15,0% em 2023.

Uma melhoria da tendência no sector da construção com uma queda de 4,8% no primeiro semestre de 2024 contra uma queda de 12,6% no período homólogo.

Uma redução contínua das taxas de inflação em Cabo Verde, com a taxa de

inflação média anual a cair de 5,8% em agosto de 2023 para 1,2% em agosto de 2024 e a taxa de inflação homóloga a descer de 1,2% no mesmo período de 2023 para 1% em 2024, motivada principalmente pela redução do preço dos produtos alimentares, enquanto os preços dos outros produtos como os transportes, a energia e a habitação, aumentaram.

Uma evolução favorável da balança corrente, evidenciando um Superavit de 1,5% do PIB, explicado pelo aumento das exportações de serviços de turismo, das reexportações de combustíveis e das remessas dos emigrantes, quando no ano anterior e no mesmo período tinha um défice de 1,2% do PIB.

Persistência de diferencial entre as taxas de juro internas de Cabo Verde e as taxas de juro do BCE, favorável à zona do Euro assim como condições de financiamento externo restritivas nessa zona, com impacto no investimento direto estrangeiro e na acumulação de ativos externos por parte dos bancos comerciais nacionais.

Evolução desfavorável da balança financeira associada ao aumento do ativo externo dos bancos comerciais, à queda de 16,4% do investimento direto estrangeiro e à diminuição das dívidas comerciais externas.

Situação de défice das contas públicas, motivada principalmente pelo aumento das despesas correntes, a contrariar a situação de superavit registado no período homólogo de 2023. Stock da Dívida Pública atingiu 109,2% do PIB.

As reservas externas do país registaram uma diminuição, passando a cobrir 5,7 meses de importação, projetadas para 2024, contra os 6,2 meses de importação em 2023.

Em agosto de 2024 a Massa Monetária apresentou um crescimento de 3,5% em relação a dezembro 2023, explicado pelos ativos externos dos bancos comerciais. Um aumento da taxa de juro dos depósitos, com impacto positivo no crescimento dos depósitos a prazo. Em agosto 2024, registou-se igualmente uma contração de 8,6% no crédito ao Governo Central, conduzindo a um crescimento negativo de -3,5% do Crédito Interno Líquido em relação a dezembro 2023. Como atenuante, o crédito à economia assinalou um crescimento de 2,6% em relação a dezembro de 2023 e 6,8% em relação ao período homólogo. Persistência e agravamento de um elevado nível de endividamento de alguns segmentos do setor empresarial. Flexibilização das condições de aprovação de crédito, tanto para as empresas como para os particulares.

A manutenção, pelo Governo, de linhas de financiamento com garantia do Estado, no âmbito da Linha da Retoma com o objetivo de assegurar a retoma da economia nacional, através dos bancos comerciais; Criação do programa de promoção do autoemprego STIMULA EMPREENDA + e a plataforma digital “Banco Jovem Mulher”, com o objetivo de reforçar o estímulo ao empreendedorismo e acelerar o ritmo de crescimento do emprego.

Um nível ainda elevado de incertezas relacionadas com a evolução e as consequências de grave escalada da Guerra na Ucrânia, da guerra em Gaza, no Líbano e na Síria, além do exacerbar das tensões geopolíticas entre as duas maiores economias e potências militares mundiais, os EUA e a China.

A nível do sector bancário destacou-se:

A alienação pelo Estado de Cabo Verde da sua participação direta no capital social da CAIXA;

A classificação da Caixa Económica como Banco de “elevada importância sistémica” número 1, pelo Banco de Cabo Verde em junho 2024;

O anúncio pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) da venda da sua participação maioritária e de controlo de 59,81% do capital social do BCA, à Coris Holdings. S.A do Burkina Faso;

A persistência da concorrência baseada no preço e rapidez de resposta: preço e celeridade continuam a ser os critérios mais importantes na escolha do banco,

com impacto assinalável na margem financeira dos bancos;

O nível de incumprimento do crédito a manter-se a tendência decrescente; Surgimento de novos padrões de fraude – aumento dos riscos cibernéticos e operacionais de complexidade mais elevada, tendo o BCE apelado para que as autoridades reguladoras estejam mais atentas aos efeitos de uma crise na segurança dos bancos e na solidez dos seus modelos de negócios;

Expansão da liquidez, com a massa monetária a aumentar 2,9% em junho de 2024 face a dezembro de 2023, em virtude do aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais em 240,9%;

Contração do crédito interno líquido e dos ativos externos líquidos do BCV (reservas internacionais líquidas) de 4,5% e 2,8%, respetivamente face a dezembro de 2023;

Crédito à Economia, a registar crescimento homólogo de 2,6% em agosto 2024 explicado por novos empréstimos concedidos à economia, sobretudo ao aumento dos créditos investimento destinados a aquisição de equipamentos, viaturas e terrenos para construção, expansão da atividade e cobertura de necessidades de tesouraria e créditos pessoal destinado ao consumo diverso de bens e/ou serviços;

Persistência de elevada concentração do funding bancário em duas instituições de importância sistémica que respondem a 61,6% dos depósitos do sistema em junho de 2024, com os cinco maiores depositantes detendo 23,2% do total dos depósitos do sistema;

Crescimento das disponibilidades líquidas dos bancos comerciais em moeda estrangeira, possivelmente em resultado do alargamento do spread (diferencial) entre as taxas de juro do BCE e do BCV, o que poderá impulsionar a saída de capitais e conseqüentemente promover a redução das reservas cambiais oficiais. Tendo em consideração este e outros aspetos, recentemente o BCV procedeu a alteração das taxas de juros conforme quadro infra;

Aumento em novembro de 2024 das principais taxas de juro, visando alinhar as taxas de juro nacionais às da Zona Euro, reduzindo o diferencial para conter a saída de capitais do país;

A Caixa, manteve no ano de 2024 a sua trajetória de crescimento, de consolidação e de reforço dos seus principais indicadores, que culminaram a sua classificação como banco sistémico de importância número 1 pelo banco de Cabo Verde.

O seu Ativo Líquido registou um crescimento de 4,25% (+3.879.369 contos) em relação a dezembro de 2023 atingindo 95.174.828 contos, explicado sobretudo pelo crescimento da rubrica Crédito.

Os Depósitos Totais conheceram um crescimento de 3,34% (+2.733.830 contos) atingindo 84.615.928 contos em dezembro de 2024, contra 81.882.098 contos em dezembro de 2023.

O Crédito Bruto Total Clientes, incluindo as obrigações “corporate” e Dívida Pública, registou um crescimento 6,12 (+3.856.065 contos), atingindo 66.866.052 contos em dezembro de 2024 contra 63.009.987 contos em dezembro de 2023, explicado principalmente pelo crescimento do crédito titulado.

O Crédito Total Líquido, registou um crescimento de 6,61% (+3.871.891 contos), atingindo 62.464.206 contos em dezembro 2024, contra 58.592.315 contos em dezembro 2023.

O acompanhamento permanente da carteira de crédito, a prevenção e a gestão do incumprimento, bem como a busca de soluções para os ativos recebidos em pagamento continuaram a merecer uma atenção reforçada da Administração da Caixa Económica durante todo ano de 2024.

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito, continuaram a registar

melhoria, tendo o rácio de crédito vencido evidenciado uma diminuição de 0,55 p.p., passando de 7,97% em 2023 para 7,42% em 2024.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 1.813.876 contos em dezembro de 2024, traduzindo-se num crescimento de 20,67% (+310.697 contos) em relação a 2023.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2023 atingiu 20,32% contra 18,91% em 2023, evidenciando um aumento de 1,41 p.p.

Os Capitais Próprios da Instituição atingiram 9.457.440 contos em 2024, contra 8.395.244 contos em 2023, evidenciando um aumento de 1.062.196 contos (+12,65%), explicado pelo aumento das Outras Reservas e resultados Transitados e dos Resultados Líquidos.

O Rácio de Solvabilidade atingiu 24,85% em 2024, registando um ligeiro aumento de 0,23 p.p. em relação a 2023, continuando significativamente superior ao mínimo regulamentar em vigor que é de 12%.

O rácio de “Cost-to-income”, medida de eficiência dos bancos, fixou-se em 45,5%, registando um ligeiro aumento em relação a 2023

O Banco continua a ter condições prudenciais e liquidez confortáveis para financiar as necessidades de financiamento das famílias e das empresas caboverdianas, enquadráveis na sua Declaração de Apetite ao Risco.

O empenho, a dedicação e a competência de todos os Colaboradores constituíram os fatores determinantes de diferenciação e da melhoria do desempenho da Caixa, fato pelo qual expressamos aqui o nosso apreço e reconhecimento.

A Caixa continuará empenhada em criar as condições técnicas, organizacionais e humanas necessárias para a melhoria contínua do seu funcionamento e do seu desempenho.

O Conselho de Administração

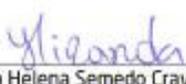

Presidente - Jaisson da Conceição Teixeira de Oliveira


Vice-Presidente - Gilson Manuel Gomes Pina


Vogal - António Carlos Moreira Semedo


Vogal - Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira


Vogal - Adilson Vaz Cabral


Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo


Vogal - Waldemar José Lima Fonseca Bento

PRINCIPAIS INDICADORES

(milhares de escudos - mCVE)	2024	2023	Var. anual	
			mCVE/p.p	%
Dimensão				
- Ativo Líquido	95 174 828	91 295 459	3 879 368	4,25%
- Recursos Próprios (Capital + Reservas + Resultado)	9 457 440	8 395 244	1 062 196	12,65%
- Crédito s/ Clientes (Bruto)	66 866 052	63 009 987	3 856 065	6,12%
- Crédito s/ Clientes (Líquido)	62 464 206	58 592 315	3 871 891	6,61%
- Recursos de Clientes	84 615 928	81 882 098	2 733 830	3,34%
- Trabalhadores Ativos	372	364	8	2,2%
- Agências e outras formas de Representação	40	40	0	0,00%
- Balcões	33	33	0	0,00%
- Delegações nos Correios	7	7	0	0,00%
- Caixas automáticas ativas - ATM	47	47	0	0,00%
- Terminais Pagamento - POS	3 114	2 853	261	9,15%
Rendibilidade				
- Resultados Líquidos do Exercício	1 813 876	1 503 179	310 697	20,67%
- Cash Flow do Exercício	1 939 479	1 936 113	3 365	0,17%
- ROA (Resultado Líquido/Ativo Líquido Médio)	1,95	1,71	0,24	
- ROE (Resultado Líquido/Capitais Próprios Médios)	20,32	18,91	1,41	
Prudenciais				
- Fundos Próprios (Aviso nº 3/2007)	8 710 888	7 824 739	886 149	11,32%
- Rácio de Solvabilidade (Aviso nº 4/2007)	24,85	24,63	0,23	
- Rácio do Imobilizado Líquido (F. Próprios/Imobilizado Líq.)	407,63	362,79	44,84	
- Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _ótica Liquidez)	65,33	65,00	0,34	
- Conversão Depósitos de Clientes em Crédito c/Títulos	79,63	77,48	2,16	
- Liquidez Geral	34,02	35,35	-1,33	
- Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	7,42	7,97	-0,55	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd. Vencido (s/Títulos)	118,63	115,47	3,16	
- Imparidades Crédito Vencido/Créd. Vencido (c/Títulos)	127,34	122,83	4,51	
- Qualidade Crédito (Circular Série "A" nº 195 de 20181221)	4,75	5,39	-0,64	
- Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	14,94	11,22	3,72	
- Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	34,28	32,91	1,37	
Funcionamento				
- Custos Operativos/Produto Bancário (cost to income)	45,55	44,01	1,54	
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	10.338	10 197	141	1,38%
- Margem Complementar/Custo Com Pessoal	40,17	69,37	-29,20	
- Cash Flow/ Nº Médio Trabalhadores	5.270	5 268	2	0,04%
- Cash Flow/ Recursos Próprios médio	21,73	24,35	-2,62	
- Cash Flow/ Ativo Líquido Médio	2,08	2,20	-0,12	

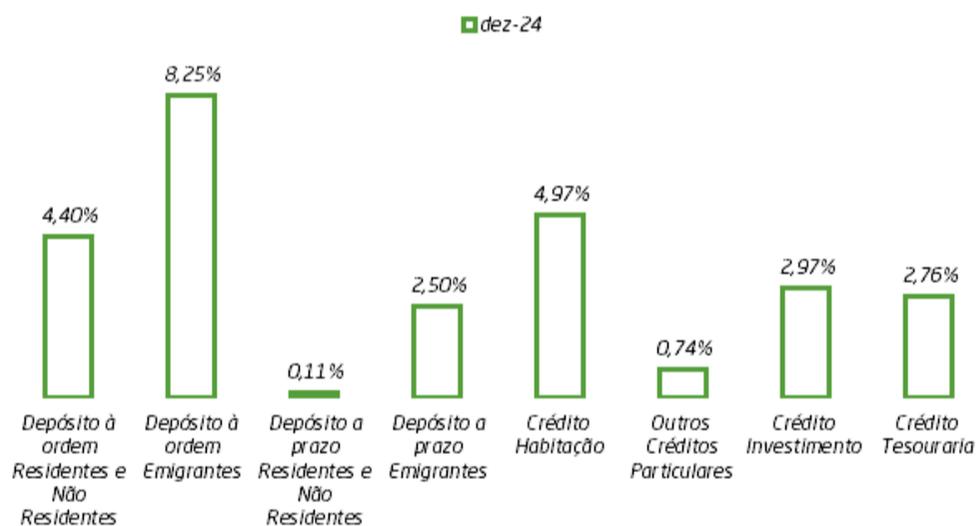
ESTRUTURA ACCIONISTA

Entidade	N Ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657.200,00	47,21%
Correios de Cabo Verde	210.749,00	15,14%
Outros Subscritores e Trabalhadores	524.051,00	37,65%
TOTAL	1.392.000,00	100,00%

1. ATIVIDADE E NEGÓCIO

PERFORMANCE COMERCIAL

Em 2024, a atividade comercial da Caixa manteve uma trajetória positiva, com um crescimento de 3,29% no volume de negócios. O portfólio de produtos da Caixa, que inclui soluções¹ de depósito e crédito, apresentou a seguinte evolução:



DEPÓSITOS DE CLIENTES

Os depósitos de clientes constituem a principal fonte de financiamento da Caixa, com um peso considerável no passivo da instituição. Em 2024 a carteira de depósitos dos clientes totalizou 84.167.207 mCVE, incrementando 3,27%, 2.661.267 mCVE, face a 2023. Mantem-se o maior peso dos depósitos o segmento dos particulares e o maior peso a modalidade de depósito à ordem.

O segmento dos particulares apresentou um peso 63,92%, com uma carteira de 53.796.270 mCVE, aumentando 5,99%. As empresas apresentaram um peso de 36,08%, com uma carteira de 30.370.937 mCVE com uma redução de -1,24%, face ao ano anterior, conforme indicado no quadro abaixo.

DEPÓSITO DOS CLIENTES

Segmentos	dez-24		dez-23		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Particulares	53 796 270	63,92%	50 753 619	62,27%	3 042 651	5,99%
Empresas	30 370 937	36,08%	30 752 321	37,73%	-381 384	-1,24%
Total	84 167 207	100,00%	81 505 940	100,00%	2 661 268	3,27%

NOTA: INCLUI DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, TÍTULOS DO MERCADO SECUNDÁRIO E NÃO INCLUI OUTROS RECURSOS E JUROS.

² Produtos de depósito (depósitos de clientes, instituições de crédito e não inclui outros recursos e juros) e crédito (carteira de crédito a clientes e não inclui crédito titulado e juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos).

Nos particulares, destacam-se os emigrantes com uma forte ligação com a Caixa, o que se traduz na representatividade que este segmento tem na carteira de depósitos. A carteira de depósitos dos emigrantes cresceu 4,08%, 968.142 mCVE, com um peso de 29,36% e perfazendo uma carteira de 24.715.256 mCVE.

CRÉDITOS A CLIENTES

A atividade creditícia da Caixa em 2024, considerando o crédito bruto onde estão incluídos os títulos corporate e dívida pública, apresentou um crescimento mais robusto do que os depósitos. A carteira de crédito (bruto) ascendeu a 66.846.974 mCVE, correspondendo a um aumento de 3.912.107 mCVE (6,22%), face ao ano passado, com destaque para a trajetória ascendente do mercado de crédito habitação (4,97%) e os títulos soberanos (16,54%).

CRÉDITO BRUTO A CLIENTES

Segmentos	dez-24		dez-23		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Particulares	23 256 069	34,79%	22 410 138	35,61%	845 930	3,77%
Habitação	16 889 302	25,27%	16 090 102	25,57%	799 200	4,97%
Outros Fins	6 366 767	9,52%	6 320 037	10,04%	46 730	0,74%
Empresas	43 590 905	65,21%	40 524 728	64,39%	3 066 177	7,57%
Investimento ²	17 557 675	26,27%	17 397 917	27,64%	159 758	0,92%
Tesouraria	6 848 424	10,24%	6 664 608	10,59%	183 816	2,76%
Títulos de Dívida Pública	19 184 807	28,70%	16 462 204	26,16%	2 722 603	16,54%
Total Créditos	66 846 974	100,00%	62 934 867	100,00%	3 912 107	6,22%

NOTA: INCLUI CARTEIRA DE CRÉDITO, TÍTULOS CORPORATE E TESOURO, MAS NÃO INCLUI JUROS A RECEBER, DESPESAS DE CRÉDITO, RECEITAS E CUSTOS DIFERIDOS.

No crédito a particulares, o mercado de crédito habitação manteve a trajetória ascendente em 2024, com um crescimento de 799.200 mCVE (4,97%), atingindo uma carteira de 16.889.302 mCVE. Destaca-se o crédito habitação a emigrantes que cresceu 612.999 mCVE (15,63%), por conta de condições especiais dos juros nos empréstimos. Quanto a produção de crédito ao consumo, em 2024 ascendeu a 6.366.767 mCVE, crescendo 46.730 mCVE (0,74%), por conta do segmento residentes e não residentes.

Para as empresas, o crédito total aumentou 3.066.177 mCVE (7,57%), por conta dos títulos de dívida pública. O crédito às empresas investimento excluindo os títulos corporate, registou um crescimento 458.915 mCVE (2,97%), com um grande contributo da Linha de Retoma Investimento com Garantia do Estado, através do qual a Caixa apoia as empresas em determinados setores estratégicos. No financiamento de curto prazo às empresas e instituições, o crédito tesouraria aumentou 183.816 mCVE (2,76%), impulsionado também pela Linha Retoma Tesouraria.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito bruto, com exclusão dos títulos, juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos, inclui os créditos em situação normal e em situação vencida (crédito em incumprimento superior a 30 dias). Em 2024 a carteira de crédito normal totalizou 42.591.904 mCVE, apresentando uma melhoria face a 2023 de 1.624.079 mCVE (3,96%) principalmente por conta nos créditos de médio longo prazo, com uma fatia de 96,1% e com um incremento de 1.625.611 mCVE (4,14%).

CRÉDITO NORMAL

Prazo	dez-24		dez-23		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Curto Prazo	1 663 133	3,90%	1 664 665	4,06%	-1 532	-0,09%
Médio e Longo Prazo	40 928 771	96,10%	39 303 161	95,94%	1 625 611	4,14%
Total	42 591 904	100,00%	40 967 826	100,00%	1 624 079	3,96%

Por sua vez, a carteira de crédito vencido da Caixa atingiu 3.412.758 mCVE, com um peso de 63,29% dos segmentos dos particulares e 36,71% das empresas.

³ Inclui os títulos corporate

CRÉDITO VENCIDO

Créditos	dez-24		dez-23		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Particulares	2 159 821	63,29%	2 175 378	61,31%	-15 557	-0,72%
Habituação	1 565 148	45,86%	1 599 689	45,08%	-34 540	-2,16%
Outros Fins	594 672	17,42%	575 689	16,22%	18 983	3,30%
Empresas	1 252 938	36,71%	1 372 797	38,69%	-119 859	-8,73%
Investimento	791 905	23,20%	781 768	22,03%	10 137	1,30%
Tesouraria	461 033	13,51%	591 029	16,66%	-129 996	-21,99%
Total Créditos	3 412 758	100,00%	3 548 175	100,00%	-135 416	-3,82%

O rácio de crédito vencido, medido pelo crédito vencido sob o crédito bruto, perfaz 7,42%, com uma redução de -0,55 p.p. face a 2023, que atingiu um rácio de 7,97%. Para essa evolução contou-se com o abate de crédito em dezembro de 2024, medidas de reestruturação e regularização por parte dos clientes, com uma redução em -135.416 mCVE da carteira.

Rácio de Crédito Vencido (milhares de escudos)

Segmentos	dez-24				dez-23			
	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
Particulares	21 096 248	2 159 821	23 256 069	9,29%	20 234 760	2 175 378	22 410 138	9,71%
Habituação	15 324 154	1 565 148	16 889 302	9,27%	14 490 413	1 599 689	16 090 102	9,94%
Outros Fins	5 772 094	594 672	6 366 767	9,34%	5 744 347	575 689	6 320 037	9,11%
Empresas	21 495 656	1 252 938	22 748 594	5,51%	20 733 066	1 372 797	22 105 863	6,21%
Investimento	15 108 265	791 905	15 900 170	4,98%	14 659 487	781 768	15 441 255	5,06%
Tesouraria	6 387 391	461 033	6 848 424	6,73%	6 073 579	591 029	6 664 608	8,87%
Total	42 591 904	3 412 758	46 004 663	7,42%	40 967 828	3 548 175	44 516 001	7,97%

NOTA: CARTEIRA DE CRÉDITO NÃO TITULADO. NÃO INCLUI, DÍVIDA PÚBLICA E CORPORATE, JUROS A RECEBER, DESPESAS DE CRÉDITO, RECEITAS E CUSTOS DIFERIDO.

O segmento dos particulares apresentou a maior carteira e o maior rácio de crédito vencido, atingindo 9,29% e com uma carteira de 2.159.821 mCVE. Por sua vez, o segmento das empresas apresenta um rácio de 5,51%, com uma carteira de 1.252.938 mCVE.

CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS

Nos últimos anos, a Caixa tem mantido níveis de liquidez sólidos e adequados aos seus compromissos, graças à sua ampla e diversificada base de depositantes, bem como à qualidade dos seus ativos, sem necessidade de recorrer ao mercado monetário interbancário.

Em 2024, as operações no mercado aberto foram limitadas à emissão de Títulos de Regulação Monetária (TRM) e Títulos de Intervenção Monetária (TIM). A Caixa teve uma participação de 100% nos leilões de TRM, aplicando 396.000 mCVE, o que representou 33% do total das emissões, um aumento de 33.000 mCVE em relação ao período homólogo. Nos TIM, a Caixa participou em 96% dos leilões, aplicando 12.939.000 mCVE, o equivalente a 66% do total das emissões, um crescimento de 7.214.000 mCVE face ao ano anterior.

Além disso, a Caixa aplicou fundos em Depósitos Overnight, que em 2024 atingiram 860.000.000 mCVE, registando uma redução de 2.001.800.000 mCVE em relação a 2023.

No mercado primário, em 2024 foram realizadas um total de 27 emissões de títulos do tesouro, dos quais 7 bilhetes do tesouro e 20 obrigações do tesouro. O valor das emissões totalizou 19.967.688 mCVE (+20,8% em relação a 2023), sendo 15.167.688 mCVE em obrigações do tesouro e 4.800.000 mCVE em bilhetes do tesouro. A Caixa teve uma participação bastante positiva nos leilões realizados, subscrevendo para carteira própria 7.001.995 mCVE dos títulos, dos quais 2.654.545 mCVE bilhetes de tesouro (55,3% das emissões) e 4.347.450 mCVE obrigações do tesouro (28,6% das emissões).

Em dezembro de 2024 a Caixa detinha uma carteira de títulos no valor total de 20.842.312 mCVE, com um aumento de 2.423.446 mCVE (13,16%) face a 2023. A carteira de títulos em dezembro de 2024 era composta por: bilhetes de tesouro com 1.754.545 mCVE; obrigações do tesouro com 17.430.262 mCVE; e obrigações corporate com 1.657.505 mCVE.

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A Caixa realiza o serviço de intermediação de valores mobiliários na Bolsa de Valores de Cabo Verde como Operador de Bolsa, através do qual os clientes podem investir em Ações, Obrigações e Títulos do Tesouro. Igualmente, a Caixa mantém a custódia dos títulos e é responsável pelo pagamento dos juros ou dividendos. Em 2024 no mercado primário, através da Caixa, foram subscritos títulos do tesouro de particulares no valor de 72.180 mCVE, correspondendo a obrigações de tesouro. Relativamente ao mercado secundário, foram lançadas no total 293 ordens, das quais 245 ordens executadas ou parcialmente executadas no sistema Sifox Deal/Blu-x (157 ordens de compra e 88 ordens de vendas). Em termos de valores, ordens de vendas ascenderam a 71.394 mCVE e de compras 50.335 mCVE. Face ao ano passado, verifica-se um crescimento de aproximadamente 621%, tendo em conta que o Estado colocou as remanescentes ações da Caixa que não foram absorvidas no mercado primário, à venda no mercado secundário, obtendo uma grande procura por parte do público.

2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

2.1. Resultados

A Caixa em 2024 obteve um resultado e rendimento integral do exercício de 1.813.876 milhares de escudos (mCVE), um incremento de 310.697 mCVE (+20,67%) face ao montante alcançado no ano passado. Esta evolução é explicada pelo seguinte:

- O produto bancário aumentou 57.010 mCVE (1,52%) em virtude do aumento da margem financeira;
- Os custos operativos aumentaram 83.760 mCVE (5,08%), mas com um desvio favorável face ao orçamentado;
- As provisões e imparidades líquidas do exercício apresentaram uma variação negativa de 306.999 mCVE (menos 97,53%);

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

RUBRICAS	2024	2023	Var. anual	
			mCVE	%
Juros e rendimentos similares	4 329 837	3 996 414	333 423	8,3%
Juros e encargos similares	927 324	898 034	29 291	3,3%
Margem Financeira	3 402 512	3 098 380	304 132	9,8%
Rendimentos e instrumentos de capital	33 928	48 733	-14 805	-30,4%
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	99 140	112 096	-12 957	-11,6%
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-110	0	-110	0,0%
Resultados em operações financeiras	110 428	95 190	15 237	16,0%
Resultados de alienação de ativos	26 621	0	26 621	0,0%
Outros resultados de exploração	131 832	392 941	-261 109	-66,4%
Margem Complementar	401 838	648 960	-247 122	-38,1%
Produto Bancário	3 804 350	3 747 341	57 010	1,5%
Gastos com Pessoal	1 000 367	935 480	64 887	6,9%
Gastos Gerais Administrativos	614 769	595 563	19 206	3,2%
Amortizações	117 826	118 159	-332	-0,3%
Total Custos Operativos	1 732 962	1 649 202	83 760	5,1%
Provisões e Imparidade (liq.)	7 777	314 776	-306 999	-97,5%
Resultado antes de impostos	2 063 611	1 783 363	280 248	15,7%
Impostos correntes	290 877	302 774	-11 897	-3,9%
Impostos diferidos	-41 142	-22 591	-18 552	82,1%
Imposto sobre lucros	249 735	280 183	-30 448	-10,9%
Resultado Líquido	1 813 876	1 503 179	310 697	20,7%
Cash Flow do Exercício	1 939 479	1 936 113	3 365	0,2%

PRODUTO BANCÁRIO

Em 2024, o produto bancário da Caixa foi composto predominantemente pela margem financeira (89,44%) e pela margem complementar (10,56%). A margem financeira apresentou uma evolução favorável, atingindo 3.402.512 mCVE, o que representa um aumento de 304.132 mCVE (9,82%) em relação ao ano anterior, impulsionado pelo crescimento dos juros sobre disponibilidades e aplicações de curto prazo em instituições financeiras no exterior.

Por outro lado, a margem complementar registou uma redução de 247.122 mCVE (menos 38,08%), principalmente devido à queda nos outros resultados de exploração, que diminuíram 261.109 mCVE (menos 66,45%), atendendo o significativo aumento dos ganhos extraordinários em 2023 na sequência da regularização de juros abatidos em 2022, além da redução nos rendimentos de instrumentos de capital e nos rendimentos de serviços e comissões líquidas. Como fator atenuante, os resultados em operações financeiras cresceram 15.127 mCVE (15,89%) e os resultados de alienação de ativos aumentaram 26.621 mCVE.

CUSTOS OPERATIVOS

Os custos operativos fixaram-se em 1.732.962 mCVE, aumentando 83.760 mCVE (5,08%):

- os custos com o pessoal (peso 57,7%) aumentaram 64.887 mCVE (6,94%) impulsionado pelo aumento e atualização das remunerações dos colaboradores;
- os gastos gerais administrativos (peso de 35,5%) aumentaram 19.206 mCVE (3,22%), principalmente custos com assistência técnica e encargos com ATM.;
- as amortizações (peso 6,8%) reduziram 332 mCVE (menos 0,28%).

PROVISÕES E IMPARIDADES

As provisões e imparidades líquidas do exercício totalizaram 7.777 mCVE, uma melhoria face ao valor atingido em 2023 de 314.776 mCVE, traduzindo numa redução de -306.999 mCVE (-97,53%). Para tal, contribuíram as dotações de imparidade para crédito líquidas em 92.549 mCVE comparativamente a 314.776 mCVE atingido em 2023, na medida que se atingiu um nível satisfatório de cobertura de crédito por imparidades, as provisões para contingências fiscais líquidas de 16.997 mCVE e ganhos de 101.770 mCVE com a carteira de bens em dação.

Provisões e Imparidade Líquidas	2024		2023		Var. anual	
	mCVE	%	mCVE	%	mCVE	%
Crédito a Clientes	92 549	1190,09%	314 776	100,00%	-222 227	-70,60%
Imóveis	-101 770	-1308,66%	0	0,00%	-101 770	
Diversos	16 997	218,57%	0	0,00%	16 997	
Total	7 777	100,00%	314 776	100,00%	-306 999	-97,53%

Os resultados parcelares (amortizações, provisões, imparidades e resultados) conduziram a um aumento do Cash-Flow do Exercício em 3.365 mCVE (0,17%), fixando-se nos 1.939.479 mCVE.

2.2. Balanço e Atividade

ATIVO LÍQUIDO

Em 2024, o ativo líquido totalizou 95.174.828 mCVE, representando um aumento de 3.879.368 mCVE (4,25%) em relação a 2023, quando atingiu 91.295.459 mCVE. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento dos valores em caixa e das disponibilidades em Bancos Centrais e, sobretudo, aumento do crédito bruto.

Em dezembro de 2024 a carteira de crédito a clientes (bruto) atingiu 66.866.052 mCVE, um aumento de 6,12%, mais 3.856.065 mCVE, face ao período homólogo. Destaca-se o crescimento do crédito titulado de 13,16%, mais 2.423.446 mCVE, por conta dos títulos do estado.

Outros componentes do ativo como os outros ativos e propriedades de investimento, embora com um peso reduzido, cresceram 12,54%, mais 171.224 mCVE em relação a dezembro de 2023, impulsionados principalmente pelas operações ativas a regularizar e pelos ativos recebidos na recuperação de crédito. Os outros ativos são compostos, em grande parte, por bens recebidos por recuperação de créditos (50,77%) e bonificações a receber do Estado (26,55%). Os bens recebidos em dação aumentaram em 127.929 mCVE, no entanto, as imparidades para esses bens cresceram 35.898 mCVE, reduzindo parcialmente o crescimento líquido dos outros ativos.

PASSIVO

O passivo registou uma evolução positiva, aumentando 2.817.172 mCVE (3,40%) em relação a 2023, por conta do aumento dos recursos de clientes e outros empréstimos. Os recursos de clientes e outros empréstimos, atingiram 84.615.928 mCVE, registando um aumento de 2.733.830 mCVE(3,34%), determinado pelo aumento dos depósitos de clientes que representam 99,21% da rubrica. Por sua vez, os recursos de outras instituições de crédito, que apresentam pouca expressão na Caixa, reduziram 52.035 mCVE, menos 18,77%, face ao período homólogo.

2.3. Indicadores Financeiros e Prudenciais

RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA

Os principais indicadores de rentabilidade refletem, em certa medida, o desempenho da Caixa em 2024. A rentabilidade dos ativos (ROA) atingiu 1,95%, registando um aumento de 0,24 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a rentabilidade do capital próprio (ROE) cresceu 1,41 p.p., alcançando 20,32%, demonstrando resultados sólidos e satisfatórios.

Por sua vez, rácio de cost-to-income aumentou para 45,55%, mais 1,54 p.p. face ao valor atingido em 2023, com a evolução dos custos a superar o aumento dos proveitos. A produtividade dos colaboradores, medida pelo produto bancário sob o número médio de colaboradores ativos, passou de 10.197 mCVE em 2023 para 10.338 mCVE em 2024.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2024	2023	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	20,32	18,91	1,41	
Resultado do Exercício/ Ativo Líquido Médio (ROA) (%)	1,95	1,71	0,24	
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	21,73	24,35	-2,62	
Cash Flow do Exercício/ Ativo Líquido Médio (%)	2,08	2,20	-0,12	
Margem Complementar/Custo Com Pessoal (%)	40,17	69,37	-29,20	
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income) (%)	45,55	44,01	1,54	
Produto Bancário/ N° Médio Trabalhadores (mCVE)	10 338	10 197	141	1,38%
Cash Flow do Exercício/ N° Médio Trabalhadores (mCVE)	5 270	5 268	2	0,04%

SOLVABILIDADE

No que respeita a solidez e sustentabilidade financeira, a Caixa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios a situarem acima dos mínimos exigidos. Os fundos próprios da instituição atingiram 8.710.888 mCVE, exibindo um acréscimo de 886.149 mCVE (11,32%) comparativamente ao período homólogo. Assim, o rácio de solvabilidade situou-se nos 24,85%, evidenciando um acréscimo de 0,23 p.p. e o rácio de cobertura de imobilizado por sua vez alcançou 407,63%, acima em 44,84 p.p. face a 2023.

Rácios Prudenciais	2024	2023	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Fundos Próprios (mCVE)	8 710 888	7 824 739	886 149	11,32%
Rácio de Solvabilidade (%)	24,85	24,63	0,23	
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido (%)	407,63	362,79	44,84	

QUALIDADE DOS ATIVOS

O rácio do crédito vencido situou-se em 7,42%, reduzindo menos 0,55 p.p. face a dezembro de 2023, com uma cobertura por imparidades de 117,13%, acima do valor de alcançado em dezembro de 2023 de 112,39%. O rácio indicador qualidade de crédito perfez 4,75%, abaixo em -0,64 p.p. em comparação com o ano passado e o crédito em risco aumentou para 34,28%.

Créditos e Juros vencidos	2024	2023	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Créditos e Juros vencidos*	3 456 948	3 645 307	-188 358	-5,17%
Imparidade para Créditos e Juros vencidos**	4 049 200	4 096 995	-47 795	1,17%
Créditos vencidos / Crédito Total	7,42%	7,97%	-0,55	
Créditos e Juros vencidos / Crédito Total***	7,25%	7,83%	-0,58	
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	14,94%	11,22%	3,72	
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	34,28%	32,91%	1,37	
Imparidade Créditos e Juros venc./Créditos e Juros venc.	117,13%	112,39%	4,74	

NOTAS: *NÃO INCLUI AS DESPESAS VENCIDAS, ** NÃO INCLUI IMPARIDADE PARA TÍTULOS, *** TÍTULOS CORPORATE INCLUIDOS.

LIQUIDEZ

O rácio de liquidez geral passou de 35,35% em dezembro de 2023 para 34,02% em 2024 e, por sua vez, o rácio de conversão depósitos de clientes em crédito c/títulos aumentou de 77,48% para 79,63%. Quanto ao rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 65,33%, mais 0,34% p.p. face a 2023.

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando:

- I. Que o Resultado Líquido do exercício de 2024 ascendeu ao valor de 1.813.876.054\$00;
- II. Que a Instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da política de dividendos como sinal para o mercado;
- III. A necessidade de o Banco manter um nível de Fundos Próprios adequado para fazer face às necessidades de capital resultantes do seu plano de expansão de negócio, das exigências regulamentares em termos de Rácio de Solvabilidade e em conformidade com a sua importância sistémica;
- IV. Os riscos e incertezas associados aos feitos da prolongação e da escalada da guerra na Ucrânia assim como da guerra no medio oriente;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta afetação dos resultados

Reservas Obrigatórias (10%)	181.387.605\$00
Resultados Transitados (40%)	724.904.449\$00
Dividendos (652\$00 por ação)	907.584.000\$00
Total	1.813.876.054\$00

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (mCVE)

ATIVO	2024			2023	Variação	
	Ativo Bruto	Provisões, Imparidade. e Amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido	Absoluta	Relativa
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	8 991 894	0	8 991 894	7 890 662	1 101 233	13,96%
Disponibilidades em outras instit. de crédito	3 995 285	0	3 995 285	2 944 196	1 051 090	35,70%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 023	200	3 823	3 823	0	0,00%
Aplicações em instituições de crédito	15 872 477	0	15 872 477	18 204 821	-2 332 344	-12,81%
Crédito Clientes	66 866 052	4 401 846	62 464 206	58 592 315	3 871 891	6,61%
Propriedades de investimento	3 589	2 666	923	952	-28	-2,99%
Outros ativos tangíveis	4 067 802	2 104 185	1 963 617	1 985 691	-22 074	-1,11%
Ativos intangíveis	335 133	330 160	4 973	9 998	-5 025	-50,26%
Investimentos em filiais, assoc e emp. conjunto	169 541	0	169 541	167 308	2 233	1,33%
Ativos por impostos diferidos	172 632	0	172 632	131 489	41 142	31,29%
Outros ativos	2 598 797	1 063 341	1 535 457	1 364 204	171 252	12,55%
TOTAL DO ATIVO	103 077 225	7 902 398	95 174 828	91 295 459	3 879 368	4,25%

PASSIVO	2024	2023	Variação	
			Absoluta	Relativa
Recursos de outras instituições de crédito	225 256	277 291	-52 035	-18,77%
Recursos de clientes e outros empréstimos	84 615 928	81 882 098	2 733 830	3,34%
Provisões	75 620	58 623	16 997	28,99%
Passivos por impostos correntes	68 380	158 522	-90 141	-56,86%
Outros passivos	732 203	523 682	208 521	39,82%
TOTAL DO PASSIVO	85 717 388	82 900 215	2 817 172	3,40%
Capital	1 392 000	1 392 000	0	0,00%
Outras reservas e resultados transitados	6 251 564	5 500 064	751 499	13,66%
Resultado do exercício	1 813 876	1 503 179	310 697	20,67%
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS	9 457 440	8 395 244	1 062 196	12,65%
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	95 174 828	91 295 459	3 879 368	4,25%

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS (mCVE)

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2024	2023	Variação	
			Absoluta	Relativa
Juros e rendimentos similares	4 329 837	3 996 414	333 423	8,34%
Juros e encargos similares	927 324	898 034	29 291	3,26%
Margem financeira	3 402 512	3 098 380	304 132	9,82%
Rendimentos de instrumentos de capital	33 928	48 733	-14 805	-30,38%
Rendimentos de serviços e comissões	326 691	285 661	41 030	14,36%
Encargos com serviços e comissões	227 551	173 565	53 987	31,10%
Resultados financeiros JV através rend. integral	-110	0	-110	0,00%
Resultados de reavaliação cambial	110 428	95 190	15 237	16,01%
Resultados de alienação de outros ativos	26 621	0	26 621	0,00%
Outros resultados de exploração	131 832	392 941	-261 109	-66,45%
Produto bancário	3 804 350	3 747 341	57 010	1,52%
Custo com pessoal	1 000 367	935 480	64 887	6,94%
Gastos gerais administrativos	614 769	595 563	19 206	3,22%
Amortizações do exercício	117 826	118 159	-332	-0,28%
Provisões líquidas de reposições e anulações	16 997	0	16 997	0,00%
Imparidade outros activos financ. liq. rever. e recup.	92 549	314 776	-222 227	-70,60%
Imparidade outros activos liq. reversões e recuperaç	-101 770	0	-101 770	0,00%
Resultado antes de impostos	2 063 611	1 783 363	280 248	15,71%
Impostos				
Correntes	290 877	302 774	-11 897	-3,93%
Diferidos	-41 142	-22 591	-18 552	82,12%
Resultados após impostos	1 813 876	1 503 179	310 697	20,67%

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do estipulado no artigo 333º e 335º do Código das Sociedades Comerciais, do artigo 22º dos Estatutos da Caixa e dos normativos do Banco de Cabo Verde, cumpre ao Conselho Fiscal emitir o relatório anual sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e dar o parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as demonstrações financeiras da Caixa Económica de Cabo Verde, SA (Caixa), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal acompanhou as atividades de gestão do Banco, na periodicidade que entendeu conveniente, a evolução da atividade da Caixa, através de contatos de carácter informativo com a gestão executiva e responsáveis funcionais, nomeadamente:

- i. propôs à Assembleia Geral, que por sua vez aceitou, a nomeação da empresa Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda como Auditor Certificado, pelo mandato de 4 anos, nos termos do nº1, alínea c. ii.) do artigo 342º e nos termos do nº3 do artigo 7º do Aviso nº4/2014 do Banco de Cabo Verde, de 17 de outubro, alterado pelo Aviso nº4/2019, de 14 de março;
- ii. apreciou o plano estratégico, bem como o plano de atividades da Caixa, para o exercício de 2024, e procedeu à verificação dos documentos de prestação de contas, preparadas numa base regular, bem como a razoabilidade dos registos e documentações contabilísticas relevantes e da execução orçamental;
- iii. tomou conhecimento das principais decisões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão Executiva, lavradas nas atas das respetivas reuniões;
- iv. reuniu com todos os diretores da Caixa e com os responsáveis do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, Gabinete da Função de Compliance, Gabinete de Auditoria Interna e Gabinete de Organização, Estudo e Projetos, tendo obtido os esclarecimentos e entendimentos necessários sobre o funcionamento das referidas unidades funcionais, dos principais desafios e dificuldades, bem como uma súmula das atividades realizadas e em curso;
- v. acompanhou os trabalhos realizados pelos auditores externos, através de reuniões com o *partner* e o responsável pelos trabalhos de auditoria, tendo obtido os esclarecimentos necessários sobre o plano de trabalho, nomeadamente, a abordagem de auditoria, a avaliação de riscos, testes e avaliação aos controlos, testes substantivos e conclusões;
- vi. reuniu com a Comissão Executiva, tendo este órgão apresentado o balanço das atividades realizadas durante o exercício de 2024;
- vii. partilhou com a Comissão Executiva o resultado das reuniões tidas com os Diretores e os Responsáveis dos referidos Gabinetes e com os auditores externos;



- viii. analisou os relatórios de atividades emitidos pela Direção e Gestão de Risco, Direção de Comunicação Informação e Segurança (DCIS), pelos Gabinetes de Organização, Estudos e Projetos, Função de Compliance e de Auditoria Interna;
- ix. analisou a troca de correspondência com o Banco de Cabo Verde no âmbito do processo de supervisão;
- x. em resultado das reuniões tidas com o Gabinete da Auditoria e com os auditores externos, procedeu a uma análise preliminar da razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante;
- xi. procedeu às verificações que entendeu pertinentes, nomeadamente no que concerne ao cumprimento das obrigações fiscais, tendo solicitado e obtido as trocas de correspondências com a Administração Fiscal. Adicionalmente, tomou conhecimento do recurso hierárquico interposto pela Caixa devido ao indeferimento da reclamação do procedimento de inspeção referente ao exercício de 2018;
- xii. dando cumprimento ao estipulado no número 2 do artigo 2º do Aviso nº 7/2017, de 7 de setembro, emitiu o seu parecer sobre o Relatório do Governo Societário relativamente ao exercício de 2024.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração ("Relatório") e pôde constatar que o mesmo reflete o conteúdo das demonstrações financeiras e satisfaz, no fundamental os requisitos legais da sua elaboração, estipulados no artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal apreciou as demonstrações financeiras da Caixa que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 95.174.828 m.CVE e um total de capital próprio de 9.457.440 m.CVE, incluindo um resultado líquido de 1.813.876 m.CVE), as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

O Conselho Fiscal apreciou o relatório de auditoria das demonstrações financeiras, emitido pela Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda., com o qual concordou e da qual resultou a emissão de uma opinião não modificada, tendo tomado boa nota das matérias relevantes de auditoria, relacionados com (i) a Imparidade para crédito a clientes e garantias prestadas e (ii) Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito.

No âmbito da responsabilidade pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa, o Conselho Fiscal verificou que:

- i. as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii. as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados são adequadas;
- iii. o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Caixa, evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv. a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias, bem como as recomendações da autoridade de supervisão.



Nesta conformidade, o Conselho Fiscal entende que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral.

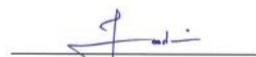
Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- i. seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
- ii. sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii. seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao órgão de gestão, aos responsáveis funcionais do Banco e aos auditores externos pela colaboração prestada no exercício das suas atribuições.

Praia, 12 de junho de 2025

O Conselho Fiscal,



Vitalzinho Vieira Landim (Presidente)
Auditor Certificado nº 42



Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares (Vogal)
Contabilista Certificado nº524



José Armindo Fernandes Duarte (Vogal)
Contabilista Certificado nº220

Relatório dos Auditores Externos



Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.
Apartado 25 Palmarejo
Cx. Postal 7953-121
Cidade da Praia, Ilha de Santiago
Cabo Verde

Tel: +(351) 210427500
www.deloitte.com/africa-lusofona



Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de escudos de Cabo Verde – m.CVE)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (“Caixa”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 95.174.828 m.CVE e um total de capital próprio de 9.457.440 m.CVE, incluindo um resultado líquido de 1.813.876 m.CVE), as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário (Notas 1 e 2).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes da Caixa de acordo com os requisitos do Código de Ética do International Ethics Standard Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade para crédito a clientes e garantias prestadas (Notas 2.d), 3.a), 8, 18, 33 – Risco de crédito)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2024, as perdas acumuladas por imparidade para crédito a clientes e garantias prestadas registadas pela Caixa (“perdas por imparidade para crédito a clientes”) ascendem a 4.049.200 m.CVE.</p> <p>As perdas por imparidade para crédito a clientes representam a estimativa do órgão de gestão da Caixa das perdas esperadas para a sua carteira de crédito na data de referência das demonstrações financeiras, considerando os requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”.</p> <p>As perdas por imparidade são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e/ou risco e através de análise coletiva para as exposições sujeitas a análise individual para as quais não foi atribuída imparidade individual e para as restantes exposições que não são objeto de análise individual, conforme descrito na Nota 2. d) do Anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A determinação das perdas por imparidade para risco de crédito através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de incrementos significativos de risco de crédito e indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que a Caixa espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de valorização de colaterais, de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos créditos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de identificação e apuramento das perdas por imparidade para crédito a clientes. Seleção de uma amostra aleatória de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, considerando a respetiva classificação por <i>stage</i>. Para a amostra selecionada de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, análise da razoabilidade da estimativa das perdas por imparidade para risco de crédito registadas nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos da Caixa sobre a informação disponível quanto à situação económica e financeira dos clientes e perspetivas sobre a evolução da sua atividade, valorização dos colaterais que prestaram e também das intenções do órgão de gestão relativas à gestão e detenção futura desses créditos. No que respeita à imparidade coletiva: (i) entendimento das principais características do modelo de imparidade e análise crítica da razoabilidade das metodologias e pressupostos utilizados pela Caixa; (ii) validação, numa base de amostragem, dos principais <i>inputs</i> utilizados no cálculo da imparidade coletiva; (iii) análise da classificação das exposições creditícias em <i>stages</i>; (iv) recálculo, numa base de amostragem, da imparidade coletiva, considerando os parâmetros de risco apurados pela Caixa e os <i>stages</i> em que as exposições estão classificadas.



“Deloitte”, “ids” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. ADTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% de Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 450.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade por Quotas | NIF: 29520590 | Capital social: 1.000 CVE
Sede: Apartado 25 Palmarejo, Cx. Postal 7953-121, Cidade da Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde

© 2025. Para informações, contacte Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Deloitte.

Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

Página 3 de 6

Deloitte.

Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

Página 4 de 6

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade para crédito a clientes (Notas 2.d), 3.a), 8, 18, 33 – Risco de crédito) (cont.)</i>	
<p>As perdas por imparidade para crédito a clientes determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo complexo, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis, nomeadamente, características das operações, classificação das exposições creditícias em <i>stages</i>, incluindo a avaliação da existência de incremento significativo de risco desde o reconhecimento inicial e de indícios de imparidade e parâmetros de risco, tais como a probabilidade de incumprimento e taxas de perda em caso de incumprimento (<i>loss given default</i>).</p> <p>Diferentes julgamentos ou pressupostos utilizados na análise de imparidade e diferentes estratégias de recuperação condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o momento previsto para o seu recebimento, podendo ter impacto relevante na determinação das perdas por imparidade para risco de crédito.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito (Notas 2.f), 3.b), 15 e 18)</i>	
<p>Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Outros ativos – bens arrematados" inclui 1.843.287 m.CVE relativos a imóveis recebidos por recuperação de crédito, para os quais as perdas acumuladas por imparidade ("perdas por imparidade para ativos recebidos por recuperação de crédito") registadas pela Caixa ascendem a 1.063.341 m.CVE.</p> <p>Os referidos imóveis são registados de acordo com o normativo contabilístico aplicável (ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor deduzido dos respetivos custos de venda).</p> <p>A valorização destes imóveis registada nas contas da Caixa em 31 de dezembro de 2024 encontra-se suportada em avaliações realizadas por peritos avaliadores externos e/ou internos, as quais incorporam diversos pressupostos, que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia da Caixa para a sua comercialização.</p> <p>A utilização de diferentes pressupostos, nomeadamente decorrentes da evolução do mercado imobiliário ou alterações na estratégia de venda, podem ter impactos relevantes na valorização destes imóveis e consequentemente na determinação das respetivas perdas por imparidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito. Análise, para uma amostra selecionada de imóveis, dos relatórios de avaliação dos peritos avaliadores externos e/ou internos e de eventuais contratos promessa de compra e venda. Para a amostra selecionada de imóveis, análise das certidões de teor da Conservatória do Registo Predial mais recentes disponíveis. Análise, para uma amostra selecionada de vendas de imóveis ocorridas em 2024, dos respetivos contratos de venda. Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentadas pelo órgão de gestão para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas, foram auditadas por outro auditor, cujo Relatório do Auditor independente, datado de 7 de junho de 2024, não continha reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Caixa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

**caixa**

Sustentabilidade combina comigo

Deloitte.Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

Página 5 de 6

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Deloitte.Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.

Página 6 de 6

Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Somos de parecer que, para os aspetos materiais, a informação constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Caixa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de junho de 2025

Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Representada por Argentina Farahilda Lima Barros
Cédula Profissional na OPACC n.º 3

Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Representada por Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes